



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS Nº 203.540-5 – Buíque (Vara Única)
IMPETRANTE: **José Valério da Silva Neto**
PACIENTE: **José Valério da Silva Neto**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
RELATORA SUBST.: Des. Alderita Ramos de Oliveira
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da Fonte
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

213

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO.. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. PRISÃO PREVENTIVA. EVASÃO DO DISTRITO DA CULPA. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. DEMORA NA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1 - No que se refere à alegação de excesso de prazo, entendo que não restou configurada, pois o decurso da instrução está em consonância com o princípio da razoabilidade, por se tratar de feito complexo, sendo necessária expedição de cartas precatórias para citação e interrogatório do réu e para oitiva de uma testemunha.

2 - O paciente deu causa a demora para a conclusão da instrução criminal, visto que fugiu do distrito da culpa, não podendo tal demora ser atribuída exclusivamente ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público, muito menos favorecer o acusado.

2 - Ordem denegada. Decisão por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 203.540-5, em que figura como impetrante/paciente **José Valério da Silva Neto**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade de votos**, em denegar a ordem no presente *Habeas Corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 27 de Janeiro de 2010.

Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora Substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS Nº 203.540-5 – Buíque (Vara Única)
IMPETRANTE: **José Valério da Silva Neto**
PACIENTE: **José Valério da Silva Neto**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
RELATORA SUBST.: Des. Alderita Ramos de Oliveira
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da Fonte
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

214

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de ordem de *habeas corpus* liberatório subscrito por **José Valério da Silva Neto**, em seu próprio favor, no qual é apontado como autoridade coatora a Exma. Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de Buíque/PE, objetivando, em sede de liminar e no mérito, a concessão da ordem para expedição do alvará de soltura para que possa responder ao processo em liberdade, sob alegação de estar sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Afirma o paciente que encontra-se preso desde 11/07/2005, estando atualmente recolhido no Presídio Advogado Brito Alves, na cidade de Arcoverde/PE.

Alega que já se passaram mais de 04 (quatro) anos, sem que o processo chegue ao seu final, não tendo ele colaborado para o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, restando, assim, configurado o constrangimento ilegal.

O pedido liminar foi indeferido, conforme decisão de fls. 16/17.

Informações da autoridade coatora prestadas às fls. 26/27, afirmando que o processo encontra-se aguardando devolução de carta precatória.

Parecer da Procuradoria de Justiça, acostado às fls. 33/34, opinando pela denegação da ordem.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

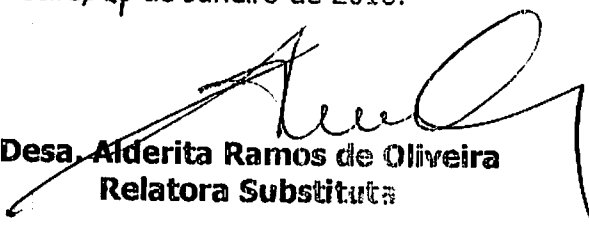


Em seguida, vieram-me os autos conclusos.

É o Relatório.

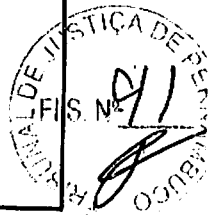
215

Recife, 27 de Janeiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora Substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS Nº 203.540-5 – Buíque (Vara Única)
IMPETRANTE: José Valério da Silva Neto
PACIENTE: José Valério da Silva Neto
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
RELATORA SUBST.: Des. Alderita Ramos de Oliveira
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Maria Heleria da Fonte
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

216

VOTO DO RELATORA

Requer o impetrante/paciente através do presente *writ* concessão da ordem para expedição do alvará de soltura em seu favor, alegando que o mesmo está sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Afirma o paciente que encontra-se preso a mais de 04 (quatro) anos, em virtude de mandado de prisão preventiva expedido pela Juíza de Direito da Comarca de Buíque /PE, sem que o processo nº 410.2000.000004-6, pelo qual responde chegue ao seu final, restando configurado o constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Das informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, verifica-se que o paciente foi denunciado pela prática de homicídio duplamente qualificado. Esclarece que o interrogatório do acusado não foi realizado em virtude do mesmo não ter sido encontrado, sendo designada nova data e determinada sua citação por edital. O acusado não compareceu ao interrogatório, sendo o processo suspenso e decretada a sua prisão preventiva.

A MM Juíza *a quo* noticiou que o mandado de prisão preventiva do paciente foi cumprido positivamente em 15 de agosto de 2005, no Estado de São Paulo, sendo solicitado o recambiamento do mesmo.

Informou ainda que o paciente foi citado e interrogado por precatória, sendo recambiado do Estado de São Paulo, realizando-se a audiência de instrução e julgamento perante a Comarca de Buíque.

217

Por fim, informou a dita autoridade que o processo encontra-se aguardando devolução de carta precatória, expedida em 03 de setembro de 2009, para oitiva de uma testemunha do Juízo residente na cidade de Petrolina.

De acordo com as informações contidas nos autos, observa-se que o paciente foi denunciado em 13 de junho de 2000. No entanto evadiu-se do distrito da culpa, fato que ocasionou a suspensão do processo e a decretação da sua prisão preventiva.

Assim, no que se refere à alegação de excesso de prazo, entendo que não restou configurada, pois o decurso na instrução está em consonância com o princípio da razoabilidade, por se tratar de feito complexo, sendo necessária expedição de cartas precatórias para citação e interrogatório do réu e para oitiva de uma testemunha.

In casu, observo que o processo encontra-se em regular andamento, sem a constatação de qualquer desídia por parte do juízo processante que, até o momento, demonstrou total observância aos preceitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Ademais, o paciente deu causa a demora para a conclusão da instrução criminal, visto que fugiu do distrito da culpa, não podendo tal demora ser atribuída exclusivamente ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público, muito menos favorecer o acusado.

Neste sentido, observe-se os seguintes arestos:

DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. DECISÃO FUNDAMENTADA. PRIMARIEDADE E BONS ANTECEDENTES. EXCESSO DE PRAZO. INQUÉRITO POLICIAL. CARÁTER MERAMENTE INFORMATIVO. DENÚNCIA QUE ATENDE AOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

1. Em 15.09.2000, o Juiz de Direito da Comarca de Pedra Branca/CE decretou a segregação e o encarceramento do paciente para assegurar a aplicação da lei penal, destacando a fuga do paciente do distrito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMPARADO MAURO ALENCAR DE BARROS

218



da culpa logo após a descoberta do crime. O mandado de prisão só pôde ser cumprido em 11.09.2007, na cidade de São Paulo/SP. (...)

5. Das informações presentes pelo Juízo de primeira instância, extrai-se que a demora para o encerramento da instrução criminal, se existente, não pode ser atribuída ao Poder Judiciário, visto que o paciente, foragido do distrito da culpa, só pôde ser localizado e preso após 7 (sete) anos de sua decretação e em outra unidade federativa. (...)

8. Habeas corpus denegado

(HC 99936, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 24/11/2009, DJe-232 DIVULG 10-12-2009 PUBLIC 11-12-2009 EMENT VOL-02386-03 PP-00493)

EMENTA: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. COMPLEXIDADE DA CAUSA: DEMORA RAZOÁVEL: PRECEDENTES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO-CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. Não há constrangimento ilegal por excesso de prazo quando a complexidade da causa - notadamente verificada pela circunstância de a prisão do Paciente ter sido efetivada fora do distrito da culpa - e a necessidade de expedição de precatórias para a oitiva de testemunhas residentes em outras comarcas justificam a razoável demora para o encerramento da ação penal. Precedentes.

2. É firme a jurisprudência deste Supremo Tribunal no sentido de que não procede a alegação de excesso de prazo quando a defesa contribui para a demora na conclusão da instrução processual.

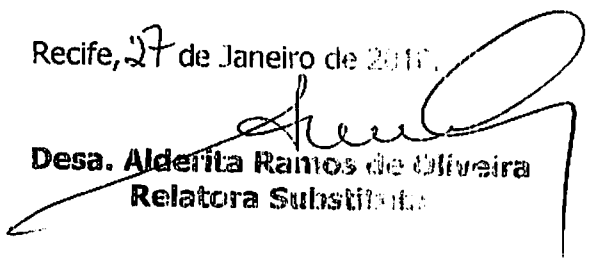
3. Ordem denegada.

(HC 96714, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 23/06/2009, DJe-152 DIVULG 13-08-2009 PUBLIC 14-08-2009 EMENT VOL-02369-06 PP-01030)

Nesses termos, tem-se que, no caso *sub examine*, a demora na conclusão da instrução criminal se deu por culpa do paciente, não podendo o mesmo se beneficiar e obter soltura, visto que não restou caracterizado o constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Desse modo, concordando com os termos do Parecer da Procuradoria de Justiça em matéria criminal, voto pela **denegação da ordem**.

Recife, 27 de Janeiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora Substituta